

## Requerimento

A ilha do Faial vive ainda a memória próxima da crise sísmica de Julho de 1998 e dos seus efeitos.

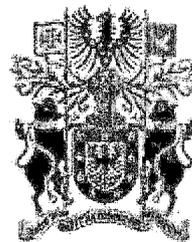
O processo de reconstrução, complexo e demorado, permitiu, apesar de tudo recuperar o essencial do parque habitacional da ilha e devolver aos faialenses as condições de vida que o cataclismo lhes tirou.

Ficaram, no entanto, diversas situações por resolver e, quase duas décadas depois do sismo existem diversos problemas que ainda não foram resolvidos, nomeadamente no que toca a permutas de terrenos decorrentes dos processos de realojamento e reconstrução e a mudanças de titularidade dos imóveis.

Com efeito são conhecidos casos de diversas famílias que, sem explicação, ainda não puderam concretizar permutas e assumir a propriedade plena dos imóveis que habitam. Esta situação limita-lhes os direitos decorrentes da propriedade, nomeadamente em termos da realização de seguros sobre os imóveis, como também em termos da contagem dos prazos para que os possam vender, se o desejarem.

Sendo atendíveis as dificuldades burocráticas iniciais, nomeadamente decorrentes do número de imóveis em questão, o arrastar destes processos durante mais de 16 anos torna-se incompreensível.

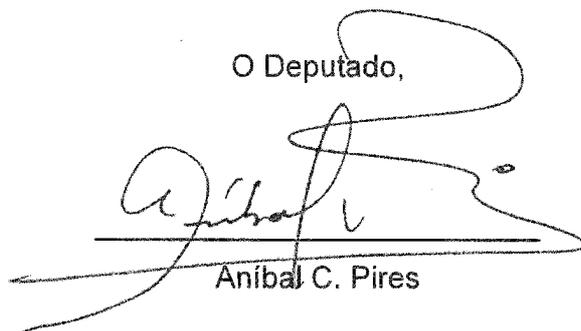
Assim, a Representação Parlamentar do PCP vem, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicitar ao Governo Regional o seguinte esclarecimento:



- 1.- Quantos casos existem de famílias sinistradas pelo sismo de 1998 na ilha do Faial que ainda não viram a sua situação habitacional regularizada e as eventuais permutas e transferências de propriedade concluídas?
- 2.- O que justifica a demora nestes processos?
- 3.- Qual é o prazo previsto para a conclusão destes processos?

15 de Abril de 2015

O Deputado,



Aníbal C. Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 1135 Proc. n.º 54.04.02

Data: 015/04/15 N.º 3961 X